

Governo e oposição festejaram juntos emenda das Diretas

Foram o Senador Fernando Henrique Cardoso, na época Líder do Governo no Congresso, e o então Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, os principais articuladores que convenceram o Presidente José Sarney a capitalizar para si a iniciativa de incluir na Constituição o princípio da eleição direta à Presidência da República já no início de seu Governo, em 1985. Durante a primeira reunião ministerial após a morte de Tancredo Neves, Sarney encaminhou ao Congresso mensagem com proposta de emenda constitucional reestabelecendo as eleições diretas.

Para efeito de votação imediata, a emenda seria incorporada ao substitutivo da Emenda Navarro Dias, que estabelecia eleições diretas para prefeitos das capitais, estâncias hidro-minerais e municípios considerados como de segurança nacional.

Naquele mesmo 7 de maio de 1985, Sarney dizia ainda que era favorável a quatro anos para seu mandato e anunciava a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. No dia seguinte, a Emenda era aprovada: nenhum dos presentes no plenário se atreveu a votar contra. Na Câmara, o placar registrou 458 votos "sim" e 21 ausências. No Senado, 62 "sim" e sete ausências.

Alguns Deputados chegaram a ameaçar de boicote a Emenda se o Congresso não votasse também a Emenda Cardoso Alves, que ampliava o prazo de desincompatibilização para Secretários de Estado e dirigentes de estatais. A Emenda Cardoso Alves foi votada — e rejeitada.

A vitória foi finalmente festejada, tanto pela oposição como pela Aliança Democrática — aliança entre o PMDB e a Frente Liberal que elegeu Tancredo Neves. PDS, PDT, PTB e PT proclamavam que a vitória era das oposições, pois Sarney reagira à pressão exercida por eles. O então

Deputado Paulo Maluf, do PDS, ia mais longe: "A Aliança Democrática ficou constrangida de negar o que prometera nos palanques".

Já Pimenta da Veiga, acusava os partidos de oposição de oportunistas, pois o próprio PDS havia votado contra a aprovação da Emenda Dante de Oliveira — que detonou o movimento Diretas-já — antes da eleição de Tancredo Neves.

Navarro Viera dava o nome, Sarney levava a fama, mas o verdadeiro pai da introdução imediata das eleições diretas na Constituição viria a ser o Deputado João Gilberto (PMDB-BA), que desde março daquele ano alimentava o desejo de restaurar as diretas presidenciais aproveitando a emenda que estabelecia as eleições para prefeitos.

A oportunidade era única, mas Gilberto enfrentava dois embaraços: a doença de Tancredo Neves e a insegurança do Presidente Sarney, que temia que seu mandato fosse reduzido antes da Constituinte. O Deputado resolveu ousar e convenceu Pimenta da Veiga e Fernando Henrique Cardoso a trabalharem junto ao Presidente para conseguirem o acordo.

Faltava à proposta de José Sarney estabelecer o dia em que seriam realizadas as eleições diretas para a Presidência da República, o que o Presidente deixou para ser decidido pela Assembléia Nacional Constituinte. A falta de uma data mereceu críticas da oposição e até dentro da própria Aliança Democrática.

O Deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) chegou a rebelar-se contra o Líder de seu partido, Pimenta da Veiga, a quem acusou de querer impor as decisões dos Líderes, e advertiu, quase em tom profético: "Se não marcarmos o mandato do Presidente, o atual só sairá em 1991. Eu conheço o Sarney".